JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo Licitatório: TOMADA DE PREÇOS nº.02/2020

Recorrente: **UNAS CONSTRUTORA – ME**

Contra Razões: M. H. WEIBER BRAGA CONSTRUTORA EIRELI

PRIMORDIAL CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI

Recorrido: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

I) DAS PRELIMINARES

O julgamento decorre de Recurso Administrativo conta decisão da Comissão Permanente de Licitação de desclassificar a proposta da empresa UNAS CONSTRUTORA – ME.

Na sessão de julgamento das propostas ocorrida em 30/03/2020, houve abertura de prazo de recurso respeitando previsão legal do Art. 109, inciso I, da Lei 8.666/1993.

"Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata"

Dado recebimento do recurso tempestivamente no dia 06/04/2020 através protocolo nº.1013/2020, houve impugnações ao recurso apresentado no sentido de reforçar a decisão da Comissão que declarou desclassificada a empresa UNAS CONSTRUTORA – ME, pela apresentação de

duas propostas de preços com erros grotescos e a falta de apresentação da planilha de composição do BDI.

As contra-razões de protocolo nº.1057/2020 datado em 13/04/2020 pela empresa M. H. WEIBER BRAGA CONSTRUTORA EIRELI, e protocolo nº.1080/2020 datado em 14/04/2020 pela empresa PRIMORDIAL CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI que exerceram seus direitos, , prazo elencado Art. 109, §3º da Lei 8.666/1993.

"Interposto o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis."

II) DO EFEITO SUSPENSIVO

O recurso apresentado teve efeito suspensivo no processo da Tomada de Preços nº.02/2020, por força do Art.109 §2º da Lei 8.666/1993.

"§ 2º O recurso previsto nas alíneas "a" e "b" do inciso I deste artigo terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos."

III) DAS RAZÕES

A empresa UNAS CONSTRUTORA – ME, impetrou recurso administrativo contra a decisão da Comissão Permanente de Licitação que em conformidade com o edital desclassificou sua proposta em virtude da apresentação de duas propostas de preços, com valores e informações completamente divergentes, o que se tornou um erro insanável e não

passível de esclarecimento ou diligências para uma suposta argumentação conclusiva favorável.

Além disso, a empresa deixou de apresentar a composição do BDI, item de extrema importância para demonstração dos índices e justificativa dos valores que foram apresentados apenas na totalidade na planilha orçamentária.

Roga ainda a recorrente em seus pedidos, a reforma da decisão no sentido de classificar sua proposta e declará-la como vencedora, e desclassificar as demais participantes.

IV) DAS CONTRA RAZÕES

As empresas M. H. WEIBER BRAGA CONSTRUTORA EIRELI, e PRIMORDIAL CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI, contrarazoaram o recurso apresentado, dando ênfase a decisão da Comissão de Licitação quanto a desclassificação da empresa UNAS CONSTRUTORA – ME.

Deste modo, em seus pedidos, rogam pelo indeferimento do recurso, e para que seja mantida a decisão que à desclassificou.

IV) DA PRECLUSÃO:

Aos interessados, em caso de objeção as exigências previstas no instrumento convocatório, é defeso no Art. 41, § 1º da Lei 8666/93 a manifestação por meio de impugnação ao edital, conforme exposto:

"Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 05 (cinco) dias antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação...".

Nesse sentido, é importante ressaltar que desde a publicação do Edital até sua data de julgamento, nenhum interessado apresentou impugnação ou questionamento quanto às exigências contidas nos instrumentos convocatórios vinculativos, o que demonstra a inexistência de vícios, ou exigências ilegais, nem tampouco cláusulas restritivas.

Considerando que o edital foi adquirido de forma direta por várias empresas e assessorias, e nenhuma sequer apresentou questionamentos ou esclarecimentos quanto à documentação exigida, não há que se falar em desconhecimento das normas elencadas no documento editalício.

Sendo assim, a recorrente e as demais interessadas não questionaram e nem impugnaram o Edital no tempo previsto por falta de motivação, deixando de praticar seu direito não restando agora espaço para alegações intempestivas quanto às exigências contidas no Edital, houve a decadência do direito, conforme Art. 41, § 2º da Lei 8666/93.

"Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes..."

Ainda há de se considerar o fato de que a empresa tenha apresentado a "Declaração de Concordância com o Edital" que foi anexada à documentação apresentada na fase de habilitação, conforme exigido no edital.

Isso posto, a Comissão de Licitação buscou no cumprimento da sua função, a construção do Instrumento Convocatório e o Julgamento do Certame observar e preservar os princípios legais que regem o serviço público em suas contratações, dentre outros, o que menciona no Art. 41 da Lei 8666/93, que dispõe: "A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada", tratando de forma

isonômica todas as participantes. Também, nesta mesma linha de pensamento, cita Celso Bandeira de Melo, em seu Livro "Curso de Direito Administrativo" 14º edição, p. 519:

"O edital é o ato por cujo meio a Administração faz público seu propósito de licitar um objeto determinado, estabelece os requisitos exigidos dos proponentes e das propostas, regula os termos segundo os quais os avaliará e fixa cláusulas do eventual contrato a ser travado".

Contudo, se a Comissão no andamento da Sessão, decidisse pelo qual documento avaliar e qual desconsiderar, aceitando a apresentação de comprovação tardia, estaria prejudicando as participantes que se fizeram atenciosas às minúcias das exigências classificatórias, ferindo veementemente o Princípio da Isonomia, contemplado no Art. 3º da lei 8666/93, seria ferido pelo exercício de tratamento desigual, e jamais, esta Comissão buscou beneficiar uma participante em detrimento de outra, por isso tomou a decisão imparcial de desclassificar a Recorrente na Sessão de Julgamento das propostas, dando o mesmo tratamento a todos os participantes.

IV) DO RECURSO:

Quanto ao Recurso apresentado, ocorre evidente que o edital conteve exigências perfeitamente legais e necessárias a prestação dos serviços a serem executados, e que a comissão agiu conforme o princípio da vinculação ao edital.

Isto posto, resta inequívoco, o fato de que a ausência da composição do BDI e aos erros evidenciados na proposta geram desclassificação compulsória.

A recorrente ainda menciona de forma absurdamente incabível, que a Comissão deveria desconsiderar um “documento qualquer avulso” apresentado, como se fosse uma “folha de papel em branco”, hora essa, embora a colocação ser ilógica e questionar a capacidade cognitiva desta comissão, vamos nos dar ao trabalho de explicar sobre o tema.

O documento que solicita ser desconsiderado trata-se de **uma outra proposta de preços**, e não um “documento qualquer avulso”. A Comissão não tem como função considerar ou não “um ou outro documento”, visto que é de responsabilidade da empresa o que ela propõe através do envelope protocolizado na data e hora marcada.

À saber segue o artigo 6º da lei 8666/93, sobre a incumbência de responsabilidade da Comissão de licitação.

*“XVI - Comissão - comissão, permanente ou especial, criada pela Administração com a **função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes.**” (grifo nosso).*

Quanto a análise das propostas segue o que menciona o edital vinculativo:

“X - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

§1º: Na escolha da proposta mais vantajosa a Comissão atenderá para a observação das seguintes condições:

a) Cumprimento de todos os itens do Envelope nº. 01 de habilitação.

b) Cumprimento de todos os itens do Envelope nº. 02 da Proposta de Preços.

c) O não cumprimento de qualquer dos itens dos envelopes de nº. 01 e 02 serão de caráter eliminatório.

d) A Comissão de Licitação procederá ao recebimento e à abertura dos envelopes, podendo realizar tantas sessões quantas forem necessárias para o completo exame de documentos e propostas, e dando prévia ciência a todos os licitantes do horário ou datas que designar.

e) Será desclassificada a proposta de preço que:

- Ultrapassar o valor fixado
- **Cotar valor manifestamente inexequível.**
- Provenham de empresas que não satisfizeram compromissos anteriores com o Município.
- Não atenderem as exigências deste Edital. (...)"

Segue então, as transcrições do edital para esclarecimento da dúvida quanto a composição do BDI, que é quesito na fase de classificação da proposta. Oportunamente, indicamos à recorrente nesta ocasião, a minuciosa leitura do edital em sua íntegra, que mesmo não elencada no rol de condições para participação, deve ser levada em consideração para que não ocorra esse tipo de situação.

*"No **ENVELOPE Nº 02** deverá conter a proposta formulada conforme modelo proposta eletrônica. O kit para preenchimento da proposta encontra-se disponível no site do Município www.imbituva.pr.gov.br, em "Porta da Transparência/ Licitação/ Processo Licitatório/ baixe aqui o kit proposta". O arquivo para geração da proposta, deverá ser solicitado via e-mail, controle@imbituva.pr.gov.br, estagiario1@imbituva.pr.gov.br, para o preenchimento da proposta em arquivo do Sistema Equiplano.*

a) A proposta deverá conter a identificação da empresa licitante, no mínimo: Razão Social, endereço completo com CEP, e-mail, telefone, CNPJ, data, assinatura do representante legal, sem emendas ou rasuras, devendo conter:

- Discriminação do objeto ofertado conforme especificações e condições previstas no Edital;

- Valor ofertado, devendo ser cotado em Real, incluindo-se todos os custos de fornecimento, dentre eles, seguros, encargos sociais, impostos, taxas, licenças e demais despesas necessárias para o fornecimento do respectivo serviço.

- Validade da proposta a qual não poderá ser inferior a 60 (SESSENTA) dias contados da data de abertura da mesma, não sendo informado o prazo será considerado o mínimo estabelecido no edital.

b) Anexar planilha orçamentária com os preços propostos, assinada pelo engenheiro responsável técnico pela empresa, com demonstrativo de composição do BDI.

c) Anexar planilha com o cronograma físico financeiro com os valores propostos assinada pelo engenheiro responsável técnico pela empresa.

d) As planilhas deverão corresponder ao valor proposto no espelho da proposta, sob pena de desclassificação.

e) Juntamente com a proposta impressa assinada, a empresa proponente deverá obrigatoriamente apresentar a mesma proposta salva em pen-drive que será devolvido aos proponentes após a importação do arquivo.

f) Em caso de divergência entre o preço expresso em algarismo e o por extenso, será levando em consideração o último.

g) No preço proposto já serão considerados incluídos todos os encargos, tributos, transporte, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias, bem como todos os outros custos relacionados aos demais serviços de apoio, os quais não acrescentarão ônus para o Município de Imbituva.

h) A simples apresentação da proposta por si só implicará a plena aceitação pelo licitante de todas as condições deste edital.

i) A proposta só será desclassificada se for de encontro, expressamente, as normas e exigências deste edital. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível sua qualificação e exata compreensão de sua proposta.

j) Não será considerada nenhuma oferta ou vantagem baseada nas propostas dos demais licitantes, ou não prevista neste edital.

k) As propostas, sempre que possível, deverão trazer as mesmas expressões contidas no Edital, evitando sinônimos técnicos, omissões ou acréscimos referentes a especificação do objeto.

l) Não serão aceitas propostas parciais (quantidade inferior) com relação ao objeto.” (grifos nossos)

No edital menciona a apresentação da composição do BDI que novamente aparece no item "XVIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS (...), §12º: *Integram o presente Edital: (...) , letra J) COMPOSIÇÃO BDI*". Também fala sobre a divergência de valores apresentados que podem gerar a desclassificação compulsória. Além da inexistência da composição do BDI, há uma diferença entre o valor apresentado em algarismos na proposta eletrônica de **R\$2.419.851,40 (dois milhões quatrocentos e dezenove mil, oitocentos e cinquenta e um reais e quarenta centavos)**, e no espelho de proposta por escrito apresentado pela empresa **de R\$238.275,18 (duzentos e trinta e oito mil, duzentos e setenta e cinco reais e dezoito centavos)**, em uma situação hipotética de uma suposta aceitação da proposta, a Comissão deveria levar em conta o valor proposto em extenso, cujo o qual, seria explicitamente inexequível.

§2º: *Para a análise de inexecutabilidade da proposta será adotado o seguinte critério:*

a) *Quando houver somente um proponente: propostas abaixo de 70% (setenta por cento) do valor orçado pela administração. (Art. 48, §1º, letra "b").*

b) *Quando houver mais de um proponente: propostas com valores abaixo de 70% da média das propostas apresentadas com valores acima de 50% do valor orçado pela administração. (Art. 48, § 1º, letra "a")."*

Após todas essas colocações, temos também o parecer Departamento de Engenharia do Município, representado pela Sra. Juliane Menon de Barros, que fizeram questão em manifestar-se no sentido de reforçar a decisão da Comissão Permanente de Licitação desclassificar a

empresa **UNAS CONSTRUTORA – ME**, pela falta de atendimento às exigências editalícias.

III) DA DECISÃO:

Diante do exposto, em análise do Recurso apresentado pela recorrente **UNAS CONSTRUTORA – ME**, do qual a Comissão explanou e dirimiu todas as dúvidas sem restar espaço para qualquer questionamento, esta Comissão Permanente de Licitação decide MANTER a decisão tomada na Sessão de julgamento, de DESCLASSIFICAR a proposta da empresa **UNAS CONSTRUTORA – ME**.

Encaminhamos o processo na íntegra, para que o Sr. Prefeito Municipal, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento deste, tome a Decisão final.

Imbituva/PR, 22 de Abril de 2020.

Vanessa Machado de Souza

Presidente da Comissão

Amilton Tiago de Souza

Membro da Comissão

Sandro Cleone Ribeiro Borges

Membro da Comissão

Alderí Mehret Junior

Membro da Comissão

Juliane Menon de Barros

Engenheira Civil CREA-PR 88879/D